

Com forte aumento da receita e gasto de pessoal mais contido, cidades aceleram investimento

Contas públicas Crescimento acima da inflação supera gasto com pessoal, cuja alta foi de 10% no período
Cidades elevam receita em 24% em 4 anos

Marta Watanabe
De São Paulo

A pandemia acelerou uma mudança estrutural de redução da despesa de pessoal nas prefeituras que, combinada com o crescimento das receitas, propiciou a aceleração de investimentos nos últimos anos. A Receita Corrente Líquida (RCL) das cidades com mais de 50 mil habitantes aumentou 24% em termos reais de 2018 até o ano passado. A despesa de pessoal, geralmente o principal gasto corrente das prefeituras, aumentou em ritmo menor, em 10% reais, enquanto os investimentos subiram 34%. Com isso, a despesa com pessoal caiu de 51% em 2018 para 45% em 2022, como proporção da receita corrente líquida desse grupo de cidades. Parte do espaço deixado foi tomada pelos investimentos, que avançaram de 7% para 17% da receita, na mesma comparação. Apesar de perspectiva econômica e quadro de receitas não são favoráveis para a segunda metade do mandato dos atuais prefeitos, fatores como ciclo eleitoral, saldo em caixa, maior acesso a crédito e efeito de emendas parlamentares podem ajudar a manter investimentos em nível relativamente alto. Os dados, levantados pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) com base nos relatórios fiscais, mostram que, no agregado, os municípios quase dobraram em termos reais os investimentos, de R\$ 21,3 bilhões em 2018 para R\$ 41,2 bilhões em 2022. O estudo considerou municípios com mais de 50 mil moradores. Mesmo sendo pouco mais de 10% do número total de cidades do país, esses municípios comportam mais de 60% da população brasileira. Do total de 616 municípios em 2022 nessa faixa de população, o estudo considerou os 597 que forneceram os dados necessários. Os valores de 2018 foram atualizados pelo IPCA.

Um ponto favorável nesse sentido é o ciclo político, com os atuais prefeitos entrando em 2023 na segunda metade do mandato, período em que investimentos costumam subir, ainda que quadros de caixa favorável, resalta Santos. Dados do Banco Central mostram que o saldo em caixa do total dos municípios do país somara R\$ 34,4 bilhões em dezembro de 2022, montante bem acima dos R\$ 14,9 bilhões ao fim de 2020, ainda que em valores nominais. "O saldo em caixa mostra que há ganhos de anos anteriores". Além disso, aponta Ursula Peres, professora de gestão de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP), o quadro favorável de receitas do período mais recente contribuiu para a melhora da chamada Capacidade de Pagamento (Capag) medida pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Capag é como um selo que permite tomar operações de crédito. Pelos dados do Tesouro, o número total de municípios com nota A ou B, que dão acesso a financiamentos com melhores condições, subiu de 1.314 em 2018 para 2.329 em 2022. Entre as capitais, eram 15 em 2018 e 22 no ano passado, resalta o estudo. Outro ponto, diz Ursula, é a relevância maior, nos últimos quatro anos, das emendas parlamentares federais nos gastos municipais. "Não há pista de que haverá controle maior sobre esses recursos, que tornaram-se mais importantes", avalia. É certo, aponta o estudo,

Investimentos crescentes



Faixa de arrecadação

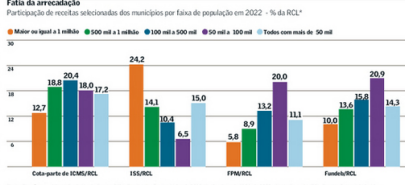


Foto: Statista, elaboração de Ursula Peres e Fábio Pereira do Santos. Valor de 2018 atualizado pelo IPCA de 2022. \*Variação real = RCL, Receita Corrente Líquida.

"Redução de despesa com pessoal decorre de restrições legais" Ursula Peres

do, que os recursos transferidos por meio de emendas federais podem ser destinados a despesa corrente ou de capital, mas chama a atenção o aumento das receitas de transferência de capital ao agregado dos municípios, que passaram de cerca de R\$ 14 bilhões em 2018 — em valores atualizados para comparação — para R\$ 22,4 bi-

lões em 2022. "Boa parte desses recursos aumentou em função das emendas parlamentares, ainda que pelos dados dos relatórios fiscais não seja possível ter essa medida", apontam os pesquisadores. Outro ponto diz Santos, é o aumento do nível de investimentos pela União. Para este ano o valor orçado é de R\$ 75 bilhões, contra R\$ 20 bilhões em 2022, diz. Não se sabe, observa, o qual valor será executado em 2023, mas haverá aumento do nível de investimentos e parte disso deve virar transferência a Estados e municípios. Há, porém, diz Ursula, sinais de que a continuidade da situação mais positiva em termos de receitas está em risco. Além de dívidas

por exemplo, que o ISS, principal tributo da arrecadação própria das prefeituras, equivale a 24,2% da receita corrente líquida nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e a apenas 6,5% nas com 50 mil a 100 mil moradores. Isso, diz, explica também as diferentes avaliações em relação à reforma tributária sobre consumo defendida pelo governo federal. Os dados do levantamento mostram ainda que a pandemia pode ter acelerado mudança estrutural na qual a contratação de servidores é em parte substituída pela terceirização, seja por meio de organizações sociais ou entidades filantrópicas, ou que eleva outras despesas correntes. Ursula lembra que a redução recente de despesas de pessoal resultou também de restrições impostas por legislação federal que vigorou desde meados de 2020 até fim de 2021 e o quadro ainda está sujeito a mudança em razão de maiores pressões esperadas por registros salariais. O universo das capitais é emblemático. Os gastos de pessoal aumentaram 5% no agregado das capitais de 2018 a 2022 contra um avanço de 25% nas outras despesas correntes. Como resultado, a despesa de pessoal, tradicionalmente o maior gasto do dia a dia das prefeituras, deu lugar para os outros gastos correntes. De 2018 a 2022, a despesa de pessoal e encargos das capitais caiu de 50,1% para 43,7% da RCL. No mesmo período as outras despesas correntes cresceram 25%, em ritmo mais parecido com o das receitas. Com isso esses outros gastos correntes avançaram, de 42,1% para 43,9% da RCL de 2018 para 2022. No agregado dos municípios com mais de 50 mil habitantes, o gasto de pessoal recuou seis pontos percentuais da RCL em quanto outras despesas correntes avançaram três pontos. Para Santos, os números mostram uma mudança estrutural induzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, mesmo que tenha alguma recomposição, o gasto com pessoal, pela tendência atual, não voltará aos patamares anteriores.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Página: 4